

---

---

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA: LIÇÕES DO ESTÁGIO\***

---

---

Ivone Garcia Barbosa\*\*  
Nancy Nonato de Lima Alves\*\*\*  
Telma Aparecida Teles Martins Silveira\*\*\*\*

*Resumo: este artigo apresenta resultados de pesquisas cotejando Instituição de Ensino Superior pública federal. Problematisa-se o lugar da Educação Infantil e o papel do estágio no curso de Pedagogia. Com base na perspectiva sócio-histórico-dialética, analisamos o Projeto Político-Pedagógico do Curso e o Projeto de Estágio Supervisionado na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando as possibilidades do estágio na constituição de diálogos entre o ideário formativo e a realização da práxis educativa em suas especificidades. Os resultados evidenciam que os cursos de Pedagogia ainda subordinam as propostas e práticas pedagógicas da Educação Infantil a modelos do Ensino Fundamental.*

*Palavras-chave: Educação Infantil. Curso de Pedagogia. Formação de Professores. Estágio.*

---

\* Recebido em: 20.08.2017. Aprovado em: 09.11.2017.

\*\* Pós-Doutora em Estudos da Criança pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP). Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC). E-mail: ivonegbarbosa@hotmail.com/ ivonegbarbosa.ufg@gmail.com

\*\*\* Doutora em Educação (FE/UFG), Mestre em Educação (FE/UFG), Especialista em Psicopedagogia (FE/UFG), Licenciada em Pedagogia (PUC Goiás). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC). E-mail: nancynlalves@gmail.com

\*\*\*\* Doutora em Educação (FE/UFG), Mestre em Educação Brasileira (UFG), Especialista em Psicopedagogia (PUC Goiás), Graduada em Pedagogia (UFG). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC). E-mail: teles.telma@gmail.com

A exigência da formação dos professores em nível superior para atuarem na educação de crianças de zero até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, somente foi estabelecida no final da década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394/1996. Concebida, a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) como direitos das crianças, a educação infantil é assumida na referida LDB como a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral daquelas, complementando a ação da família (BRASIL, 1996). Longe de ser mera retórica, essa afirmativa representa conquistas que resultaram de longa história de estudos e pesquisas, de mobilização e de reivindicações coletivas, marcadas por tensionamentos no que diz respeito aos projetos sócio-políticos em disputa no Brasil.

Pode-se afirmar que, apesar de toda a movimentação e luta em defesa da sua importância, a Educação Infantil (EI) ainda não se consolidou como um direito social pleno. Sua significação e sua efetivação social, pedagógica e legal encontram-se em construção, enfrentando inúmeros desafios, dentre eles, a formação de professores. Esta, por sua vez, se articula ao campo de trabalho e à constituição de uma práxis educativa. De modo geral, a Pedagogia e a área da educação da infância vêm se debruçando sobre essas e outras questões relevantes para a definição da identidade sociopolítica e pedagógica da instituição de Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Nesse artigo problematiza-se o lugar da Educação Infantil no curso de Pedagogia, com a finalidade de refletir sobre as suas possibilidades de contribuir na compreensão das especificidades do trabalho docente com crianças de zero até seis anos de idade, tomando como foco o estágio curricular. Para tanto, articula estudos e reflexões teórico-práticas elaboradas por suas autoras no exercício da docência no Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e de pesquisa no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). O artigo se subdivide em dois blocos de instigantes e amplas questões que se complementam e se interpenetram dialeticamente. No primeiro discutimos a Educação Infantil e o seu lugar no Curso de Pedagogia e, logo a seguir, busca-se compreender possíveis diálogos e compromissos que se pode estabelecer entre o estágio e a docência na Educação Infantil.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

A produção acadêmico-científica na área de educação tem avançado na construção de conhecimentos e sólidos argumentos sobre a importância e necessidade de que a educação das crianças de zero até seis anos de idade seja realizada por profissionais com formação em nível superior e qualificação específica acerca dos processos educativos na infância (KISHIMOTO, 2005; ALVES, 2007; STRENZEL, 2009; BARBOSA, 2013; BARBOSA *et al.*, 2014; SILVEIRA, 2015). O crescimento e aprofundamento de pesquisas sobre as crianças, o processo aprendizagem e desenvolvimento infantil contribui para a busca de formas adequadas de cuidado e educação das crianças em instituições coletivas, distintas dos contextos familiares.

A Pedagogia, sobretudo a partir dos anos 1980, assumiu papel significativo na formação de professores, afirmando dois princípios em sua base formadora: a docência como a base da identidade do pedagogo e a superação da visão tecnicista e fragmentadora do trabalho do professor (BARBOSA; ALVES; MARTINS, 2010). No cenário nacional, entretanto, nem sempre as especificidades da Educação Infantil foram contempladas nos projetos curriculares dos cursos de Pedagogia (BARBOSA; MARTINS, 2000; SILVA, 2003; KRAMER, 2006; BARBOSA, 2013).

A formação de professores para a Educação Infantil foi determinada como tarefa dos cursos de Pedagogia, pela normatização educacional em vigência, explicitamente nas Resoluções CNE/CP n. 1 de 2006 e CNE/CP n. 2 de 2015. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura (BRASIL, 2006), fixaram, nos Art. 2º e 4º, que o curso destina-se à formação inicial para a docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como em outros cursos e áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, além da participação na organização e gestão de sistemas e organização de ensino. Ainda conforme as Diretrizes, Art. 5º, cabe à Pedagogia formar professores que estejam aptos a “compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social” (BRASIL, 2006).

Dessa ótica, entendemos que o curso de Pedagogia constitui-se como espaço privilegiado da formação de professores para a Educação Infantil, devendo abranger os princípios fundamentais da formação do

pedagogo que, segundo indicam as produções e defesas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), deve se fundamentar na docência como base da identidade profissional de todo educador e na base comum nacional. A formação, concebida na perspectiva sócio-histórica necessita ser organizada nos seguintes eixos norteadores: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade entre teoria e prática, gestão democrática da escola, compromisso social e ético do profissional da educação com a busca de uma sociedade mais humana e solidária, trabalho coletivo e interdisciplinar, articulação da formação inicial e continuada (ANFOPE, 2016).

Considerando, então, o conjunto da produção do campo da própria pedagogia e, simultaneamente, a profunda compreensão que hoje temos no Brasil sobre a infância, podemos afirmar que a formação inicial ampla, a que os/as estudantes dos cursos de pedagogia e os professores de Educação Infantil têm direito, necessita se articular organicamente à formação específica visando compreender questões próprias das crianças de zero até seis anos e de sua educação. Assim, é imprescindível que o processo formativo abranja a análise e a compreensão dialética das concepções de criança; da aprendizagem e do desenvolvimento infantil; da organização e da gestão do trabalho pedagógico e das práticas educativas em creches e pré-escolas, da indissociabilidade entre cuidado e educação, dentre outros aspectos que constituem as peculiaridades desse campo de atuação do pedagogo (BARBOSA; ALVES; MARTINS, 2010). Ademais, esse processo precisa incluir a formação política de estudantes e professores, considerando a legislação educacional, a historicidade da educação da infância, suas contradições e, portanto, a possibilidade de transformação crítica e criativa da realidade educacional e do trabalho docente nas diferentes instituições educativas e nos diversas etapas e modalidades da educação básica no Brasil.

As decisões manifestas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) indicam convergência com a defesa da função sócio-política da formação de professores para atuarem na Educação Infantil em nível superior nos cursos de Pedagogia. Ainda em 2004, antecipando-se à Resolução CNE/CP n. 15/2006, a Faculdade de Educação assumiu em seu projeto político-pedagógico a formação para a docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental no curso de Pedagogia, propondo-se “pensar e formar para o trabalho específico na Educação Infantil de 0 a 03 anos, de 04 a 06 anos” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2003a, p. 17).

A matriz curricular do referido curso refere-se ao pedagogo como sujeito social e assume-se a função de formar sujeitos da cultura, seres autônomos, criativos e críticos, propondo-se a formação teórica rigorosa e crítica que possibilite a constituição da autonomia profissional, favorecendo, portanto, o desenvolvimento “da capacidade individual e coletiva de assumir a docência com lucidez e responsabilidade ética e política” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2003a, p. 16). Tais princípios abarcam a atuação docente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, na gestão do trabalho pedagógico e em outras funções e contextos de exercício da profissão.

Interessante destacar que no projeto pedagógico do curso da Pedagogia da Faculdade de Educação da UFG (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2003a), a Educação Infantil é definida na perspectiva de direitos sociais, que envolve a compreensão da sociedade e infância, de modo a propiciar condições para a atuação crítica do pedagogo em instituições educacionais “de formação e desenvolvimento da existência pessoal e sociocultural das crianças, nas quais as várias formas de expressão e linguagem se articulem num contexto lúdico e criativo de jogos e brincadeiras” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG, 2003a, p. 17). Essa perspectiva, que veio coadunar com vários aspectos expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), é indicativa de uma intenção de superação de concepções meramente preparatórias para a escolarização, higienistas e espontaneístas da educação de crianças de até seis anos de idade.

É preciso atentar, porém, que o trabalho pedagógico em creches e pré-escolas é mais amplo “[...] do que simplesmente um desenrolar de atividades recreativas ou de entretenimento” (BARBOSA, 1997, p. 132). Assim, a ludicidade e a brincadeira, são dimensões importantes, mas não totalizam a intencionalidade pedagógica na educação infantil que requer a articulação do domínio de conhecimentos, sentimentos, afetos e atitudes, no campo da ciência, da técnica e da arte, possibilitando que as crianças compartilhem dos diversos valores da existência e do mundo, interagindo, vivenciando relações objetivas e subjetivas, inter/intrapessoais, papéis e práticas “criativas e construtivas da sociedade contemporânea, servindo à inauguração de novas formas de mediação” (BARBOSA, 1997, p. 149). Nesse sentido, a educação é concebida como prática social, que envolve o processo de humanização e que requer a formação omnilateral, como definido em Marx (1983).

As análises sobre o atual currículo de Pedagogia/FE/UFG<sup>1</sup> indicam possibilidades e limites do referido curso quanto à abrangência da especificidade da formação de pedagogos para a Educação Infantil e se aproximam de estudos realizados em outras partes do país (SILVA, 2003; MARTINS, 2007). No caso do curso da FE/UFG, as investigações de Martins (2007) e de Silva *et al.* (2009) demonstraram que a discussão dessa etapa educacional como campo profissional de atuação do pedagogo ocorre de maneira pontual e localizada. Martins (2007) evidencia que, contraditoriamente a Educação Infantil foi inserida no PPP do Curso de Pedagogia/FE/UFG e assumida como eixo de atuação e formação do pedagogo, mas ainda não perpassava o currículo em suas várias disciplinas e atividades formativas. De acordo com os discentes que participaram da pesquisa de Martins (2007), o curso ainda não possibilita ao pedagogo compreensão das especificidades do trabalho com a criança de até seis anos de idade, dificultando organizar adequadamente a ação didática na Educação Infantil. A avaliação institucional do curso da Faculdade de Educação, realizada em 2009, indicou que na percepção de alunos participantes da pesquisa, embora o curso propicie uma preparação em geral para a atuação na educação infantil e no ensino fundamental, a ênfase do curso recai no ensino fundamental (SILVA *et al.*, 2009).

Observamos que desde a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), várias instituições têm buscado modificar seus cursos. No entanto, constatamos que nos currículos há maior ênfase nos fundamentos gerais da educação e do ensino, voltada para as características da escola de Ensino Fundamental, deixando de explicitar e analisar as diferenças entre aquela e as instituições de Educação Infantil, bem como do trabalho educativo-pedagógico que se realiza nas duas etapas educacionais.

Dessa maneira, podemos afirmar que os cursos de Pedagogia acabam reproduzindo, e reafirmando, a subordinação histórica das propostas e práticas pedagógicas para as crianças de até seis anos às que se elaboram e realizam com as crianças que frequentam o Ensino Fundamental. Essa subordinação é amplamente questionada, evidenciando suas consequências negativas para as crianças, por desconsiderar a própria criança e suas necessidades distintas em cada momento do desenvolvimento. Ademais, o tratamento de negação, supressão ou de desvalorização das temáticas sobre a educação em creches e pré-escolas e as suas especificidades quanto ao processo educativo e ao trabalho

docente, dificulta a constituição da identidade profissional dos pedagogos e das pedagogas formadas nessas condições. De certo modo, acaba, também, por reforçar a falaciosa ideia de cada professor/a se faz “na prática” e por si mesmo/a e que é desnecessária a formação em nível superior para atuar com crianças menores de seis anos de idade.

Certamente essa versão pouco crítica em relação à Educação Infantil demonstra certo desconhecimento, por parte de professores de instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de Pedagogia, sobre as funções sócio-políticas da primeira etapa da Educação Básica, enquanto direito social da criança e de sua família, sendo dever do Estado. A Educação Infantil encontra-se, tal como a Pedagogia, em um campo em disputa social, sendo constituída por muitas determinações políticas, sociais e culturais. Assim, é urgente que se possa estabelecer um diálogo entre os professores dos cursos de formação de professores e os pesquisadores e profissionais que atuam nas diferentes instituições de educação da infância. Todos eles podem se unir em torno do projeto de democratização do acesso e permanência com qualidade à educação. É nessa direção que Barbosa *et al.* (2014) indicam que a produção de pesquisas possibilitaria tanto compreender melhor a Educação Infantil quanto “desvelar tendências políticas e reflexos das políticas na formulação de ideias e concepções no meio acadêmico, que deve preocupar a todos os interessados em formação de professores e na didática a que essa formação se articula” (BARBOSA *et al.*, 2014, p.177).

Refletindo sobre esses desafios postos à Educação Infantil brasileira e ao Curso de Pedagogia, destacamos o estágio como um dos momentos ricos de inter-relação entre teoria-prática, em que se favorece a ruptura com concepções cristalizadas e que pode dar significativas contribuições para a produção de conhecimentos sobre o trabalho docente na Educação Infantil.

## ESTÁGIO E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS E COMPROMISSOS POSSÍVEIS

Os estudos de Rizzini e Pilotti (2009, p. 16) mostraram a utilização de várias posturas e estratégias “no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes – pobres/servis e privilegiadas/dirigentes” na história da educação, das políticas sociais, da legislação e da assistência. Esse processo reforçou ao longo do século XX até nossos dias a perspectiva capitalista e neoliberal, ressoando nas pers-

pectivas e projetos dirigidos para o que o Banco Mundial denominou “primeira infância” (MARQUEZ, 2016).

Considerando essa trajetória histórica, pode-se notar que a Educação Infantil no Brasil tem sido marcada por contradições, expressas em binarismos e polaridades, diferenciando a trajetória da creche e da pré-escola. Estas se encontram em geral separadas quanto ao âmbito administrativo (assistência/saúde e educação), caracterizando de modo desigual o atendimento, a organização e a dinâmica de funcionamento das instituições, a formação dos profissionais e as condições de trabalho, o financiamento, conforme a classe social atendida (KUHLMANN JR., 1998).

Tal condição sofreu impacto determinante após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O reconhecimento da criança como sujeito de direitos desde o nascimento, dentre os quais o atendimento em instituições educacionais, sem qualquer tipo de discriminação, exigiu e motivou mudanças radicais nas políticas públicas, na organização, nas práticas, nas propostas pedagógicas de educação infantil. De um atendimento caritativo, emergencial e improvisado buscou-se construir um processo educativo intencionalmente organizado a fim de promover aprendizagem e o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos, reconhecendo suas capacidades e necessidades como pessoas que vivem uma fase específica da vida humana, cujas realidades se modificam no tempo e espaço, nas diferentes condições e nos contextos sócio históricos.

Percebe-se que muitas imagens de professor, de criança e de educação infantil que se entrecruzam nas políticas, no cotidiano das instituições, na atuação dos professores, muitas vezes gerando desentendimentos na busca de compreender a ação intencional desse profissional na formação das crianças. Novamente, encontram-se polarizações, privilegiando, em certos casos, um dos aspectos do processo educativo: a brincadeira; o ensino de conteúdos e habilidades como preparação para o ensino fundamental; a separação e oposição entre atividades de cuidado e de “educação”; a segurança e proteção da criança; a socialização; a formação de hábitos e valores.

Interessante notar que algumas dessas ênfases ocorrem também nos projetos de formação de professores da Educação Infantil. Dessa maneira, destaca-se a necessidade de empreender esforços conceituais na definição e consolidação da identidade da Educação Infantil, sinalizando desafios na formação do pedagogo para atuar nessa primeira eta-



pa da Educação Básica. Trata-se de uma tarefa complexa e desafiadora, uma vez que, pelo que se tem mostrado em pesquisas brasileiras, nem sempre há garantias de que ocorram reflexões sistemáticas quanto às problematizações específicas do campo da docência em educação Infantil. Aparentemente, existe certa dubiedade em relação ao projeto formativo, reforçando a falsa ideia de que é dispensável a qualificação dos professores e professoras que atuarão ou atuam em creches e pré-escolas. Importa lembrar que a condição histórica e cultural dos projetos voltados à educação de crianças de até seis anos de idade permitiu utilização de trabalho voluntário ou de baixa remuneração.

Questões e indefinições teóricas, pedagógicas, políticas, econômicas, sociais e culturais são analisadas em diversos estudos (BRASIL, 1994; MACHADO, 2000; KISHIMOTO, 1999; 2005; KRAMER, 2006; STRENZEL, 2009; BARBOSA; ALVES; MARTINS, 2010). Consideramos que esse debate expressa e constitui-se no processo identitário tanto da educação infantil como etapa educacional quanto do curso de Pedagogia e do pedagogo. Abrange, também, a definição do papel social das instituições, evidenciando a correlação de forças presente na formulação e implementação de políticas públicas e de projetos educativos com interesses distintos.

A concretização das determinações legais tem provocado muitas questões ao campo da formação de professores de Educação Infantil: qual o perfil desse profissional? Quais as especificidades da docência na primeira etapa da Educação Básica? Qual a significação da formação qualificada para a Educação Infantil? Portanto, pode-se dizer que houve historicamente, sobretudo após as décadas de 1990 e 2000 um entrelaçamento das preocupações no âmbito da formação de professores e da constituição do campo da Educação Infantil como direito, instigando a elaboração de projetos formativos e a materialização de práticas pedagógicas na educação infantil.

Esse importante debate esteve presente na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Faculdade de Educação e, em especial, no curso de pedagogia. Definiu-se, então, o estágio como um componente curricular de caráter teórico-prático, pelo qual se pode proporcionar o contato prolongado dos/as futuros/as professores/as com o campo de atuação profissional, objetivando desenvolver conhecimentos e habilidades específicas da profissão docente. Para tanto, pressupõe-se que os/as discentes se envolvam com a realidade da instituição educacional, apoiando-se na teoria e problematizando-a, construindo, desse modo, a autonomia profes-

sional (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2003a). Seguindo a legislação, o estágio é realizado a partir da metade do curso, do 5º ao 8º período, abrangendo o Ensino Fundamental (Estágio I e II, 5º e 6º períodos) e a Educação Infantil (Estágio III e IV, 7º e 8º períodos), propondo-se a utilização da pesquisa como princípio educativo, para desenvolver atitude investigativa por parte dos alunos, favorecendo a compreensão da realidade e a organização de novas formas de atuação na educação de crianças, jovens e adultos (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2003b).

Alguns aspectos do estágio em Educação Infantil devem ser aqui ressaltados. Ele é realizado em creches, pré-escolas e centros de educação infantil, preferencialmente das redes públicas de ensino (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2003b), sempre com o acompanhamento do/da docente da Faculdade. Nesse processo, consideramos fundamental observar que o projeto de estágio mantém relação com a compreensão de seu papel e sua natureza na formação de professores. Assim, com base na perspectiva sócio-histórico-dialética, defendemos como princípio que o processo de estágio na pedagogia deva constituir-se no exercício da unidade teoria e prática, em busca da constituição da práxis transformadora (VASQUEZ, 1977).

Essa concepção se opõe radicalmente à visão instrumental que define o estágio como aplicação prática de conhecimentos técnicos e profissionais, reduzindo-o a um caráter praticista. Concordando com Freitas (1996), defendemos que é preciso assumir o trabalho como fonte de conhecimento e princípio articulador no estágio e na formação de professores, entendendo o trabalho como atividade humana criadora, de natureza teórica e prática, na qual o homem produz a cultura e se produz como sujeito histórico-social. Assim compreendido, o trabalho traduz-se na articulação e na indissociabilidade entre o agir e o refletir, gerando a ação transformadora (VÁZQUEZ, 1977).

Nossa concepção, portanto, considera as variadas determinações materiais e simbólicas no processo de trabalho. Nessa ótica, o estágio é concebido como momento do processo formativo e de inserção privilegiada no campo de atuação profissional, em que se pode oportunizar (mas não garantir sempre) aprendizagens sobre a especificidade do trabalho docente na Educação Infantil, ampliando-se o campo de debates de âmbito teórico-prático epolítico, compondo-se dimensões necessárias à constituição da identidade do professor de Educação Infantil.

As experiências como professoras no curso de Pedagogia da FE/UFG têm nos permitido perceber a importância das categorias totalidade e movimento na análise do processo de apropriação, por parte dos alunos

do Curso, do conhecimento teórico-prático sobre os determinantes do campo de trabalho do/da professor/a. Isso implica, de acordo com nossa perspectiva, assumir uma postura dialética na orientação de estágio, o que envolve práticas educacionais constituídas em processos sociais amplos e complexos, tendo, então, de realizar a análise dos fundamentos das propostas e práticas educativas dos/nos lócus de inserção dos estagiários. Desse modo, pode-se concluir que tanto o professor orientador quanto o estudante de pedagogia encontram-se em contínua formação.

Assim entendido, o Estágio em Educação Infantil tem a necessária tarefa de constituir espaço e condições para compreender dialeticamente a docência e a atuação do pedagogo nesse campo. A inserção das/os estudantes de Pedagogia como estagiárias/os nas instituições de Educação Infantil comumente se caracteriza por inquietações sobre a natureza do papel e da atuação do professor nessa etapa educacional: quais as particularidades das práticas educativas com crianças de zero até seis anos de idade; como se materializa a intencionalidade pedagógica em creches e pré-escolas? Essas e outras questões norteadoras fazem com que o estágio em educação infantil propicie estudos conceituais e experimentações de atividades, que incorporam observação, análise e problematização das práticas pedagógicas e de seus determinantes.

## REFLEXÕES FINAIS: AS LIÇÕES DO ESTÁGIO

O curso de Pedagogia é *locus* privilegiado na formação dos profissionais da Educação Infantil e Anos Iniciais Ensino Fundamental, com princípios importantes como a docência como a base da identidade do pedagogo e a superação da visão tecnicista e fragmentadora do trabalho do professor. Diversos desafios se colocam à formulação e implementação do projeto formativo, dentre os quais a configuração de propostas de atendimento específicas para crianças de zero até seis anos; a definição do perfil do profissional de educação infantil. Nesse sentido, o curso de Pedagogia deve abarcar, de forma articulada, a formação do educador da infância de zero a dez anos, tendo em vista superar as fragmentações entre as primeiras etapas da Educação Básica, direito de todas as crianças brasileiras. Considera-se que o papel do estágio nesse processo é fundamental, à medida que as lições que se pode tirar dele contribuem na compreensão da realidade educacional e das potencialidades que o próprio curso pode proporcionar na constituição da identidade e atuação docente.

Com base nos resultados da investigação realizada, é possível afirmar que a delimitação da especificidade da docência e a compreensão do trabalho pedagógico com crianças de zero até seis anos de idade é um desafio que se coloca ao curso de Pedagogia/FE/UFG em geral e ao estágio em particular. Essa responsabilidade se acentua quando se trata da formação de profissionais para atuar na educação infantil que possam contribuir para inaugurar projetos e práticas educativas voltadas para a formação integral da criança em todos os seus aspectos. O esforço de compreensão da docência na Educação Infantil demanda que o Estágio possibilite a reflexão sistemática acerca de: historicidade; políticas públicas; concepções de criança e infância; indissociabilidade entre cuidado e educação; organização das práticas pedagógicas; gestão democrática, planejamento; relação entre instituição e família; brincadeira e ludicidade; múltiplas linguagens, explicitando concepções norteadoras dos projetos educativos e do trabalho docente na Educação Infantil.

Entendemos que a inserção em campo e a metodologia utilizada no estágio são importantes para a tematização e a delimitação de conceitos e dimensões constitutivas do trabalho docente e da própria educação infantil, contribuindo para a construção da sua identidade como etapa educacional. Isso torna necessário, e urgente, um movimento contínuo de verticalização de estudos e de produção de pesquisas no campo da Educação Infantil no âmbito da FE/UFG, para que o desafio seja enfrentado coletivamente como projeto institucional e não como ação isolada dentro do curso.

O professor orientador de estágio precisa conhecer não apenas os processos da infância como também a história, a dinâmica e as funções sócio-políticas e educativas das instituições de Educação Infantil. Ademais, precisa compreender a realidade dos professores dessa etapa da Educação Básica em todas as suas dimensões e trajetórias.

O professor é, pela natureza de seu trabalho, um intelectual. Portanto, não se deve reduzir a docência ao domínio de técnicas. A concepção sócio-histórico-dialética exige que todo professor se envolva com as questões de seu tempo, compreendendo a educação e seus diferentes contextos do ponto de vista do movimento e de suas contradições. O estágio em Educação Infantil, nesse sentido, requer a constituição de espaços de criação e formação cultural, ética, estética e de sensibilidades. Pressupõe, ainda, a convivência cotidiana do/a estagiário/a e seu/sua orientador/a com a instituição onde o estágio ocorre e seus atores (professores, crianças, pais, gestores). A pesquisa é um dos princípios fundamentais da prática educativa no estágio e deve-se investir na busca do novo e de todas suas possibilidades.

A docência na Educação Infantil deve ser concebida como atividade humana interessada, implicando o trabalho e seus determinantes. Propiciar uma formação que possibilite compreender as particularidades da Educação Infantil, entretanto, não significa reduzir a formação ao pragmatismo ou à dimensão técnica da prática. Ao contrário, o que se propõe é a ampliação dos domínios teórico-práticos do pedagogo – futuro docente da Educação Infantil – de forma que possa compreender o universal e o particular no trabalho docente, percebendo o específico na relação com a totalidade, tornando-se capaz de analisar e atuar de modo crítico e criativo nos distintos campos da educação. Entende-se, então, que o estágio precisa apoiar os/as estudantes no processo de constituição da reflexão crítica e coletiva, marcada por compromissos com uma vertente de educação emancipatória, voltada à transformação das condições sociais que criam e mantêm a desigualdade e a opressão.

## CHILD EDUCATION IN THE PEDAGOGY COURSE: LESSONS FROM THE INTERNSHIP

*Abstract: this article presents research results comparing Federal Public Institution of Higher Education. The place of Early Childhood Education and the role of the internship in the Pedagogy course. Based on the socio-historical-dialectic perspective, we analyzed the Political-Pedagogical Project of the Course and the Supervised Internship Project in Early Childhood Education and Early Years of Primary Education, considering the possibilities of the internship in the constitution of dialogues between the formative ideology and the realization of the educational praxis in its specificities. The results show that Pedagogy courses still subordinate the pedagogical proposals and practices of Early Childhood Education to Primary School models.*

**Keywords:** *Early Childhood Education. Course Of Pedagogy. Teachers Formation. Internship.*

Nota

- 1 Desde o ano de 2008, o currículo do curso vem sendo rediscutido e a versão com alterações aguarda aprovação da Câmara de Ensino e Pesquisa (CEPEC) da Universidade Federal de Goiás.

### Referências

ALVES, N. N. de L. *Elementos mediadores e significados da docência em educação infantil na rede Municipal de Ensino de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

ALVES, N. N. de L. *Coordenação pedagógica na Educação Infantil: trabalho e identidade profissional na rede municipal de educação de Goiânia*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

ALVES, N. N. de L. Educação Infantil, Estágio e Formação de Professores no Curso de Pedagogia. *Anais... XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino*. Campinas: Junqueira & Marin Editores, 2012.

ALVES, N. N. L.; MARTINS, T. A. T. M. A formação de professores e o estágio no curso de pedagogia da FE/UFG: possibilidades de construção da identidade da educação infantil. *Anais eletrônicos. XX Simpósio da Faculdade De Educação*. Goiânia, 2011. Disponível em: <[https://www.fe.ufg.br/up/2/o/ANAIS\\_XX-SIMP%C3%93SIO-FE-UFG\\_VOLUME\\_2.pdf](https://www.fe.ufg.br/up/2/o/ANAIS_XX-SIMP%C3%93SIO-FE-UFG_VOLUME_2.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2017.

ANFOPE. Políticas de formação e valorização dos profissionais da educação: conjuntura nacional avanços e retrocessos. Documento final do XVIII Encontro Nacional. Goiânia, 2016. Disponível em <[http://www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/Doc%20FINAL%20XVIII%20ENANFOPE%206\\_3\\_2017%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20Iria.pdf](http://www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/Doc%20FINAL%20XVIII%20ENANFOPE%206_3_2017%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20Iria.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2017.

BARBOSA, I. G. *Pré-escola e formação de conceitos: uma versão sócio histórico-dialética*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BARBOSA, I. G. Prática pedagógica na Educação Infantil. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. (CD-ROM).

BARBOSA, I. G. Formação de professores em diferentes contextos: historicidade, desafios, perspectivas e experiências formativas na educação infantil. *Poiesis Pedagógica*, Catalão-GO, v. 11, n. 1, p. 107-126, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/27001/15418>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BARBOSA, I.; MARTINS, T. A. T. *As concepções de alunos-professores de pedagogia sobre o processo de formação de conceitos: da teoria à prática*. Goiânia, Faculdade de Educação/UFG, 2000. Relatório final de pesquisa PROLICEN/UFG.

BARBOSA, I. G.; ALVES, N. L. Currículo da Educação Infantil e trabalho docente: perspectiva sócio-histórico-dialética. In: SOUZA, R. C. C. de; MAGALHÃES, S. M. O. (Org.). *Formação, profissionalização e trabalho docente – em defesa da qualidade social da educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

BARBOSA, I. G.; ALVES, N. N. de L.; MARTINS, T. A. T. Formação de professores para a Educação Infantil no curso de Pedagogia: tensões entre o campo formativo e a atuação profissional. X Encontro de Pesquisa em Educação da Anped Centro Oeste. *Anais*. Uberlândia, 2010.

BARBOSA, I. G.; ALVES, N. N. de L.; MARTINS, T. A. T. O professor e o trabalho pedagógico na Educação Infantil. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R. LIMONTA, S. V. *Didática e práticas de ensino – texto, contexto em diferentes áreas do conhecimento*. Goiânia: CEPED/Ed. PUC Goiás, 2011.

BARBOSA, I. G. et al. *Relatório de Pesquisa “Políticas públicas e educação da infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”*. Goiânia, Faculdade de Educação/NEPIEC, 2012.

BARBOSA, I. G. et al. A educação infantil no PNE: Novo plano para antigas necessidades. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 505-518, jul./dez, 2014.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 01/2006*. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia. Brasília, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 05/2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 dez. 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 02/2015*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil*. MEC/SEF/DPE/COEDI, Brasília, 1994.
- BRZEZINSKI, I. (Org.). *Anfope em movimento 2008-2010*. Brasília: Liber Livro: Anpe: Capes, 2011.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia*. Goiânia, 2003a. (Impresso).
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG. *Projeto de estágio supervisionado na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Goiânia, 2003b. (Impresso).
- FREITAS, H. C. L. de. *O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios*. Campinas: Papirus, 1996.
- KRAMER, S. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. (Org.). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.
- KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XX, nº 68/especial, p. 61-78, dez.1999.
- KISHIMOTO, T. M. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas – São Paulo, v. 16, n.3, p. 181-193, 2005.
- KISHIMOTO, T. M. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, M. L. (Org.). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KUHLMANN JR. M. *Educação infantil: uma abordagem histórica*. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MACHADO, M. L. A. Desafios iminentes para projetos de formação de profissionais para a Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCC, n. 110, p. 191-202, jul. 2000.
- MARQUEZ, C. G. *Políticas Multissetoriais e integradas do Banco Mundial no Brasil: a infância como capital humano do futuro*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade

de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MARTINS, T. A. T. *A Educação Infantil no curso de Pedagogia FE/UFG sob a perspectiva discente*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol.1-3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. *A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A. S. *A professora de educação infantil e sua formação universitária*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas-SP, 2003.

SILVA, L. C. D. et al. Avaliação e formação: o curso de Pedagogia da FE/UFG. *Inter-Ação*. Goiânia: UFG, v. 34, n. 2, p. 581-600, jul./dez. 2009.

SILVEIRA, T. A. T. M. *Práticas pedagógicas na educação de crianças de zero a três anos de idade: concepções acadêmicas e de profissionais da educação*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

STRENZEL, G. R. *As concepções de criança nas pesquisas sobre a formação do professor de Educação Infantil no Brasil e do Educador de Infância em Portugal: tendências teóricas e metodológicas*. 1997- 2003. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Universidade do Minho/UM, Braga, Portugal, 2009.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.